

Organização do Estado

# Anteprojeto não incluirá a criação de novos Estados

Da Sucursal de Brasília

A criação de nove novos Estados no Brasil e a emancipação dos territórios do Amapá e Roraima não serão incluídos no anteprojeto que está sendo preparado



pelo relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), de centro. Segundo Richa, não compete à Constituição tratar da criação de novas unidades da federação.

O relator preparou, porém, um artigo para as disposições transitórias da nova Constituição, criando uma comissão para estudar a viabilidade da criação dos Estados propostos no relatório do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), de direita, e nas emendas apresentadas à comissão. A comissão seria formada por cinco membros do Executivo e cinco do Legislativo. Instalada trinta dias após a promulgação da nova Carta,

teria um ano para estudar todas as propostas apresentadas.

“Acho que o meu artigo nas disposições transitórias, que preconiza fórmula com a participação do Congresso, resolve a questão”, afirmou Richa. Ele disse que, ao propor a fórmula, está tentando negociar com os parlamentares.

José Richa pretende entregar seu substitutivo hoje às 12h. Ontem, até o final da tarde, informou já ter analisado cerca de 450 das 557 emendas apresentadas. Até o momento, foram feitas propostas para a criação dos seguintes Estados: Estado do Triângulo, na região abrangida pelo Triângulo mineiro; de Santa Cruz, no Sul da Bahia; do Tocantins, no Norte de Goiás; de Tapajós, no Oeste do Pará; do Juruá, no Sudoeste do Amazonas e do Maranhão do Sul. Outras três emendas apresentadas propõem também outros três Estados: do Iguaçu, abrangendo parte do Paraná e Santa Catarina; do Cariri, no Ceará, e o de São Francisco, abrangendo o Norte de Minas e o Sul da Bahia.

Sistematização

## Mini-regimento deve ser aprovado hoje

A Comissão de Sistematização deverá concluir hoje a votação do mini-regimento que regulará seus trabalhos. O projeto, que começou a ser votado na última terça-feira, é de autoria do relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). A votação terá início às 9h.

As atenções estarão voltadas para os destaques levantados na última terça-feira. Um deles, de autoria do deputado Gérson Peres (PDS-PA), trata do quórum para deliberação dos projetos de decisão. O grupo de Peres considera que os projetos de decisão devem ser aprovados por

maioria absoluta. Já para o relator, eles devem ser decididos por maioria simples. Ontem, o deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou que o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), acatou questão de ordem levantada por ele na terça-feira, contra uma norma existente no mini-regimento da Sistematização que diz que “os constituintes que não são membros da Comissão de Sistematização não poderão formular questão de ordem, apresentar requerimentos e emendas”. Segundo ele, a norma “fere o regimento interno”.

Ordem Econômica

## Reforma agrária polariza debate

O senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC) apresentará uma emenda na Comissão da Ordem Econômica estabelecendo que os programas de reforma agrária deixem de ser efetuados pela União e passem a ser de responsabilidade dos municípios. “Os erros que Brasília comete são do tamanho do país, ao passo que os equívocos gerados dentro de um município são mais fáceis de se contornar”, justificou Carneiro.

O tema da reforma agrária é o que

mais tem polarizado os debates na comissão entre os grupos “conservador” e “progressista”. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de centro-direita (segundo levantamento da Folha publicado no caderno “Os Eleitos”, em 19 de janeiro), acha que o debate vai “pegar fogo” na próxima semana, pois o grupo “conservador” não abre mão da não limitação do tamanho das propriedades rurais e da execução da reforma apenas em terras claramente improdutivas.



O senador José Richa, relator da Comissão de Organização do Estado

Organização dos Poderes

## Impasse obstrui os trabalhos

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, onde será definido o mandato presidencial e o regime de governo, está com seus trabalhos obstruídos. O problema só deverá ser resolvido depois que o PMDB tirar um dos seus representantes, que aumentou para 64 a composição total da comissão, prevista no regimento interno para ter apenas 63 membros. A solução foi recomendada ao líder do PMDB, senador Mário Covas, de centro-esquerda, pelo presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB), de centro.

Ontem, parlamentares do PDT, PT e alguns do PMDB saíram da reunião a fim de não dar quórum para votação. A comissão deveria votar as questões de ordem levantadas pelos deputados José Genoíno (PT-SP), de esquerda, e Amaral Netto (PDS-RJ), de direita. Genoíno quer mudar a composição da Comissão de Sistematização, reduzindo de 93 para 89 o número de componentes, com a saída de quatro constituintes do PMDB e dois do PFL, incluindo um do PT e outro do PDT. Amaral Netto propõe a substituição de quatro relatores do PMDB.

Família, Educação e Cultura

## Formado bloco para aprovar conselho

Os constituintes “progressistas” formaram um bloco, na Comissão da Família, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação, para aprovar a criação de um conselho nacional de comunicação —sugestão da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), de esquerda (segundo levantamento da Folha publicado no caderno “Os Eleitos” no dia 19 de janeiro), rejeitada pelos “conservadores” na Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação. O bloco mapeou a comissão e concluiu que os

parlamentares indecisos vão definir a questão. A estratégia dos “progressistas” é tentar convencer estes parlamentares nos seus Estados. O bloco “progressista” quer esvaziar o depoimento que o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, fará hoje à comissão. Ele é contra a criação do conselho —um colegiado formado por entidades educativas, comunitárias, sindicais, culturais e pelos poderes Executivo e Legislativo, para substituir o Dental na arbitragem das concessões.

Soberania

## Relator é contra ‘obediência devida’

O princípio da “obediência devida” —o mesmo que fundamenta o projeto de lei proposto pelo presidente argentino Raúl Alfonsín para anistiar os militares acusados de torturas e assassinatos— não poderá ser usado no Brasil, caso seja aprovada pelo Congresso constituinte a proposta do relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS). No seu esboço de relatório, Bisol defende “o dever moral e jurídico de desobedecer ordens superiores que impliquem violações dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana”.

O capítulo sobre os Direitos Individuais, no esboço de relatório de Bisol, diz que entre as ofensas à vida, à existência digna e à integridade física e mental, a tortura é a mais grave. “O crime de tortura é insusceptível de fiança, de prescrição e de

anistia, respondendo por ele mandantes e executores”, propõe o relatório. Neste capítulo, Bisol propõe também a garantia constitucional do “acesso às referências e informações que a cada um digam respeito e o conhecimento dos fins a que se destinam, sejam estas registradas por entidades particulares ou públicas, inclusive as policiais e militares”. Trata-se do direito conhecido como “habeas data”.

A privacidade também é garantida, na proposta de Bisol, com a proibição do “registro informático sobre convicções pessoais, atividades políticas ou vida privada, salvo quando se tratar de processamento de dados não identificados individualmente, para fins estatísticos”. O incitamento à violência e à discriminação por razões políticas, religiosas, filosóficas ou de raça também deverá ser proibido pela Constituição.

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

## Parlamentares tentam fechar acordos

Os membros da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças do Congresso constituinte não fizeram reuniões públicas ontem, e o plenário esteve vazio. No entanto, em vários pontos de Brasília, reuniões entre parlamentares que fazem parte dessa comissão se sucediam, na busca de acordos sobre os diversos temas do projeto.

Foram apresentadas cerca de 1.200 emendas aos relatórios das três subcomissões e todas elas devem ser analisadas pelo relator da comissão num prazo de dois dias. Essas emendas têm o teor mais variado possível, indo desde temas polêmicos até detalhes —como é o caso de uma que propõe isenção tributária para bares que tenham banheiros públicos. Há divergências sobre praticamente quase todos os pontos do projeto. Os conflitos são ideológicos —como a proibição de operação de bancos estrangeiros—, regionais —distribuição de tributos entre Estados— e econômicos —tratamento tributário das microempresas, por exemplo.

Por isso, há muita dificuldade para que as reuniões resultem em algum consenso. Não há como alinhar tendências, reuniões sucessivas têm sido feitas pelo relator José Serra (PMDB-SP) e pelo presidente Francisco Dornelles (PFL-RJ) com membros da comissão. No final da tarde de ontem, Serra e Dornelles estavam com um grupo de deputados de Santa Catarina, de várias tendências ideológicas, que se recusavam a votar o projeto se não fosse alterada a parte que se refere a tributos estaduais —segundo eles prejudiciais a seu Estado. Já um grupo de deputados de vários Estados se uniu ontem em torno da defesa de tratamento especial para a microempresa, prometendo não votar o projeto se isto não ficasse expresso no texto.

Durante todo o dia de ontem, um grande número de pessoas —que fazem os mais diversos “lobbies”— visitava deputados da comissão um a um, buscando fazer valer seus interesses, o que tornava o quadro ainda mais conflituoso.